

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	45
1.1. HISTÓRICO DO ESTADO E DO DIREITO ADMINISTRATIVO	45
1.1.1. O surgimento do Direito e do Estado	45
1.1.2. Evolução do Estado ao longo do tempo	46
1.1.3. O Estado de Direito e o surgimento do direito administrativo	48
1.1.4. O desenvolvimento do direito administrativo na França do séc. XIX e o surgimento do contencioso administrativo	49
1.1.5. Desenvolvimento do direito administrativo no Brasil	49
1.2. Noção jurídica de estado	52
1.2.1. Separação de poderes e as funções do Estado. Funções “típicas” e “atípicas”	52
1.2.2. O Poder Legislativo e suas funções	54
1.2.3. O Poder Judiciário e suas funções	54
1.2.4. O Poder Executivo e suas funções	55
1.3. Posição topológica do direito administrativo e sua relação com os demais ramos do direito	56
1.4. Direito administrativo e ciência da administração	58
1.5. Sistemas de jurisdição. unitário (inglês) e dual (francês)	59
1.6. Sistemas de direito e fontes do direito administrativo	60
1.7. Codificação do direito administrativo e competência legislativa	64
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E SEUS PRINCÍPIOS INFORMADORES	71
2.1. Introdução	71
2.2. Princípio da supremacia do interesse público	72
2.3. Princípio da indisponibilidade do interesse público	73

2.4.	DEMAIS PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	74
2.4.1.	Princípio da legalidade	74
2.4.2.	Princípio da impessoalidade	78
2.4.3.	Princípio da moralidade	82
2.4.4.	Princípio da publicidade	86
2.4.4.1.	Formas de publicidade	86
2.4.4.2.	Relatividade do princípio	87
2.4.4.3.	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	88
2.4.4.3.1	Gestão, acesso e divulgação da informação	89
2.4.4.3.2	Procedimento da Lei para o acesso à informação	91
2.4.4.3.3	Restrições de acesso à informação	93
2.4.4.3.4	Informações pessoais	94
2.4.5.	Princípio da eficiência	95
2.4.6.	Princípio da motivação	96
2.4.7.	Princípios da proporcionalidade e razoabilidade	101
2.4.8.	Princípio da segurança jurídica	104
2.4.9.	Princípio da autotutela	111
2.4.9.1.	Fundamentos normativos e jurisprudenciais do princípio da autotutela	111
2.4.9.2.	Formas de exercício da autotutela	112
2.4.9.2.1	Anulação	112
2.4.9.2.2	Revogação	115
3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	127
3.1.	Introdução	127
3.2.	A descentralização política e a criação de vários entes federados	128
3.3.	Desconcentração administrativa	133
3.4.	Órgãos públicos	135
3.4.1.	O que são?	135
3.4.2.	Como são criados?	136
3.4.3.	Disposição sobre organização e funcionamento do órgão	136
3.4.4.	Ausência de personalidade jurídica	136
3.4.5.	Relação entre o órgão e a pessoa jurídica da qual faz parte	137
3.4.6.	Classificação dos órgãos	138
3.4.6.1.	Quanto à esfera de ação	138

3.4.6.2.	Quanto à posição estatal	139
3.4.6.3.	Quanto à estrutura	139
3.4.6.4.	Quanto à composição	140
3.5.	Da descentralização administrativa: criação da administração descentralizada ou indireta	142
3.6.	Administração centralizada ou direta	144
3.6.1.	Pessoas que compõem essa Administração	144
3.6.2.	A desconcentração das competências	144
3.6.3.	Características da Administração Direta	144
3.6.3.1.	Personalidade jurídica	144
3.6.3.2.	Regime jurídico	144
3.6.3.3.	Autonomia administrativa, financeira e orçamentária	145
3.6.3.4.	Patrimônio	145
3.6.3.5.	Regime de bens	146
3.6.3.6.	Regime funcional	147
3.6.3.7.	Regime de contratação de obras, bens e serviços	149
3.6.3.8.	Imunidade tributária	150
3.6.3.9.	Regime de responsabilidade civil	150
3.6.3.10.	Prerrogativas	150
3.6.3.10.1.	Materiais	151
3.6.3.10.2.	Processuais	151
3.6.3.10.3.	Contratuais	152
3.7.	Administração indireta	152
3.7.1.	Introdução	152
3.7.2.	Princípios ligados à descentralização administrativa	153
3.8.	Autarquias	153
3.8.1.	Exemplos	153
3.8.2.	As autarquias territoriais e os Territórios Federais no direito brasileiro ...	155
3.8.3.	Forma de criação	156
3.8.4.	Personalidade jurídica	156
3.8.5.	Regime jurídico	156
3.8.6.	Autonomia administrativa, orçamentária e financeira	157
3.8.7.	Patrimônio	157
3.8.8.	Regime de bens	158
3.8.9.	Regime de pessoal	158

3.8.10.	Regime de contratação	159
3.8.11.	Imunidade tributária	160
3.8.12.	Regime de responsabilidade civil	160
3.8.13.	Prerrogativas	161
3.8.13.1.	Materiais	161
3.8.13.2.	Processuais	162
3.8.13.3.	Contratuais	162
3.9.	Autarquias que possuem um regime especial.	162
3.9.1.	Agências Reguladoras	162
3.9.2.	Agências Executivas	166
3.9.3.	Autarquias Corporativas ou Profissionais.	167
3.10.	Fundações públicas	171
3.10.1.	Fundações públicas de direito público	173
3.10.2.	Fundações públicas de direito privado	173
3.11.	Empresas públicas e sociedades de economia mista	174
3.11.1.	Introdução	174
3.11.2.	Exemplos de sociedades de economia mista e de empresas públicas	175
3.11.3.	Características comuns às sociedades de economia mista e às empresas públicas	175
3.11.3.1.	Forma de criação	175
3.11.3.2.	Personalidade jurídica	176
3.11.3.3.	Regime jurídico	176
3.11.3.4.	Autonomia administrativa, orçamentária e financeira	177
3.11.3.5.	Patrimônio	177
3.11.3.6.	Regime de bens	177
3.11.3.7.	Regime de pessoal	179
3.11.3.9.	Regime de contratações de bens e serviços	180
3.11.3.10.	Imunidade tributária	183
3.11.3.11.	Regime de responsabilidade civil	186
3.11.3.12.	Prerrogativas	186
3.11.3.12.1.	Materiais	187
3.11.3.12.2.	Processuais	188
3.11.3.12.3.	Contratuais	189
3.11.3.12.4.	Regras de governança.	189

3.11.3.12.5.	Observância a requisitos mínimos de transparência:	190
3.11.3.12.6.	Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno:	190
3.11.4.	Diferenças entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas	191
3.12.	Empresas Subsidiárias	192
4.	REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR	211
4.1.	Noção e delimitação do tema	211
4.2.	Transferência da execução de serviços públicos e regulação dos setores econômicos	213
4.2.1.	Agências Reguladoras	214
4.2.2.	Agências Executivas	216
4.3.	Terceiro setor e entidades paraestatais	216
4.3.1.	Serviços sociais autônomos	217
4.3.2.	Entidades de apoio	221
4.3.3.	Organizações sociais	223
4.3.4.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's)	227
4.3.5.	Regime jurídico das parcerias voluntárias. Lei 13.019/2014	229
5.	SERVIDORES PÚBLICOS	241
5.1.	Agentes públicos	241
5.1.1.	Agentes políticos	244
5.1.2.	Agentes estatutários especiais	248
5.1.3.	Particulares em colaboração com o Poder Público	249
5.1.4.	Militares (servidores militares)	252
5.1.5.	Servidores públicos em sentido amplo ou servidores estatais	254
5.2.	Regime jurídico único – RJU	255
5.3.	Regime de emprego público na administração pública	257
5.3.1.	Noção de emprego	258
5.3.2.	Regras constitucionais aplicáveis ao regime de emprego público, relativas às imposições	259
5.3.3.	Regras constitucionais aplicáveis ao regime de emprego público, relacionadas aos direitos	259
5.3.4.	Direito à estabilidade, FGTS e dispensa motivada	261

5.3.5.	Direito à aposentadoria	263
5.3.6.	Competência da Justiça do Trabalho	263
5.3.7.	O problema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública nas contratações de serviços terceirizados	265
5.4.	Servidores contratados por tempo determinado (art. 37, IX DA CF/1988)	267
5.4.1.	Previsão legal dos casos de contratação por tempo determinado	268
5.4.2.	Determinação dos prazos de contratação	269
5.4.3.	Necessidade temporária e excepcional interesse público. Noção	270
5.4.4.	Nulidades do contrato, efeitos do contrato nulo e competência jurisdicional	271
5.5.	Servidores públicos civis, em sentido estrito (estatutários)	273
5.5.1.	Vínculo estatutário e cargo público	274
5.5.2.	Quadro funcional	275
5.5.3.	Classificação dos cargos públicos	275
5.5.4.	Funções de confiança	278
5.5.5.	Regras constitucionais referentes ao provimento dos cargos públicos	279
5.5.5.1.	Acessibilidade	279
5.5.5.2.	Concurso público	284
5.5.5.3.	Nomeação e prioridade	292
5.5.5.3.1.	Aprovação em cadastro de reserva e nomeação.	295
5.5.5.3.2.	Posse precária ou nomeação sub judice.	302
5.5.5.4.	Reserva de vagas para portadores de deficiência	303
5.5.5.5.	Reserva de vagas para negros nos concursos públicos federais. Lei 12.990/2014	306
5.5.5.6.	Inconstitucionalidade das outras formas de provimento originário e derivado vertical	313
5.5.5.7.	Outras questões envolvendo os concursos públicos	315
5.5.6.	Nepotismo	317
5.5.7.	Posse e exercício em cargo público	319
5.5.8.	Regras constitucionais sobre acumulação de cargos públicos, estágio probatório, estabilidade e vitaliciedade	322
5.5.8.1.	Acumulação remunerada de cargos públicos	322
5.5.8.2.	Estágio probatório	324
5.5.8.3.	Direito à estabilidade	327
5.5.8.4.	Estabilidade extraordinária (art. 19 do ADCT)	328

5.5.8.5.	Vitaliciedade	329
5.5.9.	Sistema remuneratório dos servidores públicos	330
5.5.9.1.	Requisitos formais	330
5.5.9.2.	Vencimento, vencimentos e remuneração	331
5.5.9.3.	Regime de subsídios	332
5.5.9.4.	Irredutibilidade remuneratória e de subsídios	335
5.5.9.5.	Garantia de revisão anual	336
5.5.9.6.	Isonomia entre os servidores dos diferentes Poderes	336
5.5.9.7.	Proibição de vinculação ou equiparação entre espécies remuneratórias	337
5.5.9.8.	Proibição da incidência de acréscimos como base de cálculo de outros acréscimos	338
5.5.9.9.	Garantia de valor mínimo da remuneração e vinculação ao salário mínimo	338
5.5.9.10.	Teto constitucional remuneratório	339
5.5.10.	Aposentadorias e pensões	342
5.5.10.1.	Servidores abrangidos pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)	343
5.5.10.2.	Titulares de mandato eletivo	343
5.5.10.3.	Caráter contributivo e solidário do sistema	344
5.5.10.4.	Contribuição dos inativos e pensionistas	345
5.5.10.5.	Hipóteses de inativação	346
5.5.10.6.	Aposentadoria compulsória por implemento de idade	348
5.5.10.7.	Integralidade e paridade de proventos	351
5.5.10.8.	Aposentadoria por tempo de serviço (contribuição) proporcional	352
5.5.10.9.	Aposentadorias especiais no serviço público	352
5.5.10.9.1.	Aposentadoria especial de servidores públicos policiais e Lei Complementar 144/2014	355
5.5.10.10.	Tempo de contribuição e contagem recíproca	356
5.5.10.11.	Acumulação de aposentadorias e aplicação do teto constitucional	357
5.5.10.12.	Desaposentação	358
5.5.10.13.	Vantagens não extensivas aos inativos	360
5.5.10.14.	Regras de transição aplicáveis às aposentadorias	361
5.5.10.15.	Fixação do teto do valor do benefício e Regime Público Complementar de Previdência	363

5.5.10.16. Pensões	365
5.5.11. Disponibilidade	368
5.5.12. Outros direitos constitucionalmente previstos aos servidores públicos	370
5.5.12.1. Direito à sindicalização	370
5.5.12.2. Direito de greve	371
5.5.12.3. Outros direitos sociais	373
5.5.13. Exercício de mandato eletivo por servidores públicos	374
5.5.14. Disposições legais aplicáveis aos servidores públicos civis no âmbito da União (Lei 8.112/1990)	375
5.5.14.1. Formas de provimento previstas na Lei 8.112/1990	376
5.5.14.2. Formas de vacância dos cargos públicos	383
5.5.14.3. Remoção	385
5.5.14.4. Redistribuição	388
5.5.14.5. Teoria do Funcionário de Fato ou do Agente Público de Fato	389
5.5.14.6. Direitos e vantagens previstos na Lei 8.112/1990	389
5.5.14.7. Outros benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor	400
5.5.15. Regime disciplinar do servidor público federal	402
5.5.16. Processo administrativo disciplinar	411
5.5.16.1. Noção, competência legislativa e princípios aplicáveis	411
5.5.16.2. Procedimentos apuratórios prévios (sindicância e inquérito administrativo)	415
5.5.16.3. Fases de desenvolvimento	417

6 . PODERES ADMINISTRATIVOS 471

6.1. Introdução	471
6.2. Características	472
6.3. Uso e abuso de poder	473
6.4. Poder vinculado	473
6.4.1. Controle do ato vinculado	474
6.4.2. Ato vinculado inconstitucional	476
6.5. Poder discricionário	477
6.5.1. Introdução	477
6.5.2. Limites do poder discricionário	477

6.5.3.	Elementos discricionários do ato discricionário	478
6.5.4.	Mérito do ato administrativo	479
6.5.5.	Controle da discricionariedade administrativa pelo Poder Judiciário	479
6.5.6.	Do controle da discricionariedade administrativa e separação dos Poderes	481
6.5.7.	Controle da discricionariedade administrativa pela própria Administração	483
6.6.	Poder hierárquico	484
6.6.1.	Introdução	484
6.6.2.	Poder de delegação e o poder hierárquico	485
6.6.3.	A avocação e o poder hierárquico	486
6.6.4.	Poder de revisão decorrente do poder hierárquico	487
6.6.4.1.	Recurso hierárquico próprio e impróprio	487
6.6.4.2.	Condutas que podem ser adotadas pela autoridade superior ao julgar um recurso hierárquico	487
6.6.4.3.	Limites à anulação do ato pela autoridade superior	488
6.6.4.4.	Revogação do ato pela autoridade superior	490
6.6.4.5.	Considerações finais sobre o poder hierárquico	490
6.7.	Poder disciplinar	491
6.7.1.	Introdução	491
6.7.2.	Importância do poder disciplinar	491
6.7.3.	Conceito de poder disciplinar	491
6.7.4.	O poder disciplinar da lei 8.112/1990	492
6.7.4.1.	Proibições	492
6.7.4.2.	Sanções	493
6.7.5.	O princípio da independência das instâncias	494
6.7.6.	A repercussão dos efeitos da sentença penal absolutória no processo disciplinar	494
6.7.7.	A aplicação da teoria dos motivos determinantes	496
6.7.8.	A reintegração ou restabelecimento de vínculo em razão de demissão ilegal	496
6.7.9.	O cabimento de indenização em razão da demissão ilegal	496
6.8.	Poder regulamentar	497
6.8.1.	Noção e conceito de poder regulamentar	497
6.8.2.	Limites ao poder regulamentar	498
6.8.3.	Abuso no exercício do poder regulamentar	498

6.8.4.	Controle do poder regulamentar	498
6.8.4.1.	Judicial	498
6.8.4.2.	Legislativo	499
6.8.4.3.	Administrativo	500
6.8.5.	Formas de manifestação do poder regulamentar	500
6.8.6.	Lei pendente de regulamento	501
6.8.7.	Decreto autônomo	502
6.8.8.	Atos normativos autônomos	503
6.8.9.	Deslegalização	503
6.9.	Poder de polícia	505
6.9.1.	Introdução	505
6.9.2.	Conceito	506
6.9.3.	Exemplos de poder de polícia	506
6.9.4.	Fundamento do poder de polícia	507
6.9.5.	Necessidade do poder de polícia	507
6.9.6.	Competências para o exercício do poder de polícia	507
6.9.7.	Tipos de poder de polícia	508
6.9.7.1.	Poder de polícia normativo	508
6.9.7.2.	Poder de polícia concreto preventivo	508
6.9.7.3.	Poder de polícia concreto repressivo	509
6.9.8.	A exigibilidade do ato de polícia e a suspensão temporária da execução do poder de polícia repressivo	510
6.9.9.	Atributos do poder de polícia	510
6.9.9.1.	Discricionariedade	511
6.9.9.2.	Autoexecutoriedade	512
6.9.9.3.	Coercibilidade	513
6.9.10.	Delegação do poder de polícia aos particulares	513
6.9.11.	Quem exerce o poder de polícia?	515
6.9.12.	Prescrição do poder de polícia	516
7.	ATOS ADMINISTRATIVOS	533
7.1.	Introdução	533
7.2.	Ato administrativo como espécie de ato jurídico diferenciado	534
7.3.	As mutações decorrentes do regime jurídico administrativo	534
7.4.	Conceito de ato administrativo	534

7.5.	Atos da administração	535
7.6.	Fatos administrativos	535
7.7.	Omissões administrativas e seus efeitos jurídicos	536
7.8.	Elementos ou requisitos do ato administrativo	539
7.8.1.	Competência	539
7.8.1.1.	Características da competência	540
7.8.1.2.	A competência originária e delegada. Considerações sobre a delegação e avocação da competência	541
7.8.1.3.	A competência como elemento sempre vinculado do ato administrativo	542
7.8.1.4.	Vícios relacionados à competência	542
7.8.1.5.	A convalidação de ato viciado no elemento competência .	543
7.8.2.	Forma	543
7.8.2.1.	A forma como procedimento para a prática do ato	544
7.8.2.2.	Vício de forma admite convalidação?	544
7.8.3.	Motivo	544
7.8.3.1.	Diferença entre motivo e motivação	544
7.8.3.1.1	A motivação aliunde	545
7.8.3.1.2	Ato sem motivação	546
7.8.3.2.	Teoria dos motivos determinantes	546
7.8.4.	Objeto	547
7.8.4.1.	Requisitos de validade do objeto	547
7.8.4.2.	Objeto natural e accidental	547
7.8.4.3.	Vinculação e discricionariedade do objeto	548
7.8.4.4.	Convalidação do objeto	549
7.8.5.	Finalidade	549
7.9.	Atributos dos atos administrativos	552
7.9.1.	Considerações iniciais	552
7.9.2.	Quais são os atributos que um ato administrativo pode ter?	552
7.9.3.	Análise dos atributos	553
7.9.3.1.	Presunção de legitimidade	553
7.9.3.2.	Presunção de veracidade	554
7.9.3.3.	Imperatividade	555
7.9.3.4.	Autoexecutoriedade	556
7.9.3.5.	Tipicidade	558

7.10.	Espécies de atos administrativos	559
7.10.1.	Nominação dos atos conforme as formas adotadas para sua exteriorização	560
7.10.1.1.	Decreto	560
7.10.1.2.	Portaria	561
7.10.1.3.	Resolução, regimento e deliberação	562
7.10.1.4.	Instruções e ordens de serviço	564
7.10.1.5.	Circular, aviso e comunicado	565
7.10.1.6.	Alvará	565
7.10.1.7.	Autos de infração, de interdição (embargo) e de destruição ou perdimento	566
7.10.2.	Nominação dos atos administrativos em razão de seu objeto ou conteúdo	567
7.10.2.1.	Certidão, atestado, apostilamento e parecer	567
7.10.2.2.	Visto, aprovação e homologação	569
7.10.2.3.	Licença	569
7.10.2.4.	Permissão	570
7.10.2.5.	Autorização	571
7.11.	Extinção do ato administrativo	572
7.11.1.	Anulação e revogação do ato administrativo	572
7.11.1.1.	Anulação	573
7.11.1.2.	Revogação	575
7.11.1.3.	Cassação	576
7.11.1.4.	Caducidade	578
7.11.1.5.	Contraposição ou derrubada	578
7.11.1.6.	Convalidação do ato administrativo	580
7.11.1.7.	Vícios que admitem convalidação	581
7.11.1.8.	Vícios que não admitem convalidação	581
7.11.1.9.	Discricionariedade ou vinculação do ato de convalidar	582

8. PROCESSO ADMINISTRATIVO 591

8.1.	Introdução	591
8.2.	Processo administrativo. competência legislativa	593
8.3.	Processo e procedimento	594
8.4.	Processo jurisdicional vs processo administrativo	595

8.5.	Processo administrativo federal. Lei 9.784/1999	595
8.5.1.	Âmbito de aplicação da Lei 9.784/1999 na esfera federal	596
8.5.2.	Caráter geral e residual da Lei 9.784/1999	596
8.5.3.	Princípios aplicáveis ao processo administrativo	597
8.5.4.	Direitos dos Administrados	603
8.5.5.	Deveres do Administrado	604
8.5.6.	Partes interessadas no processo administrativo	604
8.5.7.	Autoridade e competência	606
8.5.8.	Início do processo administrativo	607
8.5.9.	Da competência	608
8.5.9.1.	Características da competência	608
8.5.9.2.	A competência originária e delegada. Considerações sobre a delegação e avocação da competência	609
8.5.10.	Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais	612
8.5.11.	Comunicação dos atos processuais	613
8.5.12.	Instrução do processo administrativo	614
8.5.13.	Manifestação do interessado e decisão da autoridade	617
8.5.14.	Prioridade na tramitação	619
8.6.	Anulação, revogação e convalidação	619
8.7.	Revogação	622
8.8.	Convalidação do ato administrativo	623
8.8.1.	Vícios que admitem convalidação	623
8.8.2.	Vícios que não admitem convalidação	624
8.8.3.	Discricionariedade ou vinculação do ato de convalidar	625
8.9.	Recuso administrativo e pedido de revisão	625
8.10.	Contagem dos prazos	628
9.	LICITAÇÕES	639
9.1.	Introdução	640
9.2.	Considerações gerais	641
9.3.	Características da licitação	641
9.3.1.	Conceito	641
9.4.	Licitação – contrato administrativo	642
9.4.1.	Contratos administrativos não antecedidos de licitação	642
9.4.2.	Licitações sem a confecção de posterior contrato	642

9.5.	Fundamentos da licitação na Constituição Federal	643
9.5.1.	Do princípio constitucional da licitação	643
9.5.2.	Competência legislativa	644
9.6.	Obrigados a licitar – a quem se aplica a Lei de Licitações?	645
9.6.1.	Os fundos especiais	646
9.7.	Regras extensíveis aos três poderes	647
9.8.	Objeto da licitação – art. 2.º da Lei 8.666/1993	647
9.8.1.	Do conceito de obra e serviços para fins licitatórios	647
9.8.2.	Obra	648
9.8.2.1.	Construção	648
9.8.2.2.	Reforma	648
9.8.2.3.	Ampliação	649
9.8.3.	Serviços	649
9.8.3.1.	Serviços comuns	649
9.8.3.2.	Serviços técnicos profissionais	649
9.8.3.3.	Serviços técnicos profissionais generalizados	649
9.8.3.4.	Serviços técnicos profissionais especializados	649
9.8.4.	Compras	650
9.8.5.	Alienação	651
9.9.	Princípios norteadores do procedimento licitatório	652
9.9.1.	Legalidade	652
9.9.2.	Impessoalidade	653
9.9.3.	Publicidade	655
9.9.4.	Eficiência	656
9.9.5.	Vinculação ao instrumento convocatório	656
9.9.6.	Julgamento objetivo	657
9.9.7.	Adjudicação compulsória	658
9.9.8.	Moralidade/Probidade administrativa	658
9.9.9.	Ampla defesa e contraditório	659
9.9.10.	Princípio da isonomia	661
9.9.10.1.	A questão da margem de preferência	663
9.10.	Introdução ao procedimento licitatório	665
9.10.1.	Procedimento	665
9.10.2.	Etapas internas	666
9.10.2.1.	Da responsabilidade do parecerista perante o Tribunal de Contas	669

9.10.2.2.O posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de o Tribunal de Contas fazer o controle sobre a conduta do parecerista.	670
9.10.3. Etapa externa	671
9.10.3.1. 1. ^a fase: publicidade do instrumento convocatório	671
9.10.3.1.1. Esquema gráfico	674
9.10.3.1.2. Conteúdo e requisitos do edital	675
9.10.3.2. 2. ^a fase: habilitação dos licitantes na lei 8.666/93	677
9.10.3.2.1. Habilitação jurídica	679
9.10.3.2.2. Regularidade fiscal	679
9.10.3.2.3. Regularidade trabalhista	682
9.10.3.2.4. Qualificação técnica	683
9.10.3.2.5. Qualificação econômica e financeira	686
9.10.3.2.6. Cumprimento ao disposto no art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal	687
9.10.3.2.7. Considerações finais sobre a fase de habilitação	687
9.10.3.3. 3. ^a fase: julgamento das propostas	688
9.10.3.3.1. Desclassificação da proposta	689
9.10.3.3.2. Classificação das propostas	690
9.10.3.3.3. Proposta mais vantajosa	690
9.10.3.3.4. Considerações finais sobre o julgamento	691
9.10.3.3.5. Divisibilidade do julgamento e empate de propostas	692
9.10.3.4.4. ^a fase: homologação	694
9.10.3.5.5. ^a fase: adjudicação	694
9.11. Modalidade de licitação	696
9.11.1. Concorrência	697
9.11.2. Tomada de preços	699
9.11.3. Convite	702
9.11.4. Leilão	704
9.11.4.1.Tipos de leilão	704
9.11.5. Concurso	705
9.11.6. Pregão	706
9.11.6.1.Objetivo do pregão	707
9.11.6.2.Objeto do pregão	707

9.11.6.3. Faculdade ou obrigatoriedade?	708
9.11.6.4. Valor do objeto a ser licitado pelo pregão	709
9.11.6.5. Fases do pregão	710
9.11.6.5.1. Etapa interna ou preparatória	710
9.11.6.5.2. Autoridade competente	710
9.11.6.5.3. Designação do pregoeiro e equipe de apoio	710
9.11.6.5.4. Etapa externa do pregão	711
9.11.6.5.5. Prazo de publicidade do edital do pregão	712
9.11.6.5.6. Início da sessão do pregão	712
9.11.6.5.7. Possibilidade de lances verbais no pregão ...	713
9.11.6.5.8. Tipos de licitação	714
9.11.6.5.9. Análise da aceitabilidade da proposta pelo pregoeiro	715
9.11.6.5.10. Fim da fase competitiva e habilitação	715
9.11.6.5.11. E se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou sua proposta não for aceitável?	716
9.11.6.5.12. Dos recursos na modalidade licitatória pregão	716
9.11.6.5.13. Adjudicação e homologação	717
9.11.6.5.14. Convocação do licitante vencedor para celebrar o contrato	718
9.11.6.5.15. Vedações no pregão	718
9.11.6.5.16. Aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993	718
9.12. Participação de empresas em consórcio nas licitações	718
9.12.1. Objetivo	719
9.12.2. Constituição do consórcio	719
9.12.3. Somatório da habilitação econômica e técnica	720
9.12.4. Demais requisitos habilitatórios	720
9.12.5. Responsabilidade das empresas integrantes do consórcio	721
9.13. Anulação da licitação	721
9.13.1. Motivo da anulação	721
9.13.2. Extensão da anulação	722
9.13.3. Legitimidade para anular a licitação	722
9.13.4. Peculiaridades da anulação feita pelo Poder Judiciário	723
9.13.5. Ampla defesa e contraditório na anulação da licitação	724

9.13.6.	Hipóteses em que será cabível a indenização na anulação	724
9.14.	Revogação da licitação	725
9.14.1.	Motivo da revogação	725
9.14.2.	Extensão da revogação da licitação	725
9.14.3.	Legitimidade para revogar a licitação	725
9.14.4.	Cabimento de indenização na revogação da licitação	725
9.14.5.	Ampla defesa e contraditório e recurso cabível na revogação da licitação	725
9.15.	Impugnações e recursos nas licitações e contratos administrativos	727
9.15.1.	Recurso administrativo e defesa prévia	727
9.15.2.	Recurso administrativo e impugnação do edital	728
9.15.3.	Os recursos administrativos da Lei 8.666/1993 e a Lei 9.784/1999	728
9.15.4.	O recurso hierárquico do inc. I do art. 109	729
9.15.5.	Representação	729
9.15.6.	Pedido de reconsideração	730
9.15.7.	Prazo, formas de interposição e andamento dos recursos administrativos na Lei de Licitações	730
9.15.7.1.	Prazos	730
9.15.7.2.	Formas de interposição	731
9.15.7.3.	Os efeitos em que os recursos na Lei de Licitações podem ser recebidos	732
9.16.	Licitação dispensada, dispensável e inexigível	733
9.16.1.	Licitação dispensada	733
9.16.1.1.	Licitação dispensada para alienação de bens imóveis	733
9.16.1.2.	Licitação dispensada para alienação de bens móveis	735
9.16.1.3.	Licitação dispensada para a Administração conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis	736
9.16.2.	Dispensa e inexigibilidade de licitação – considerações iniciais	736
9.16.3.	Licitação dispensável	736
9.16.4.	Inexigibilidade de licitação	749
9.16.4.1.	Exclusividade de fornecimento	749
9.16.4.2.	Contratação de serviços técnicos especializados	750
9.16.4.3.	Contratação de profissional do setor artístico	751
9.16.5.	Da formalização e motivação ao ato de dispensa e inexigibilidade de licitação	751
9.16.6.	Considerações finais	752

9.17.	Licitações para contratação de serviços de publicidade. análise da Lei 12.232/2010	752
9.17.1.	Considerações sobre os serviços de publicidade	753
9.17.2.	A licitação para a contratação de serviços de publicidade	753
9.17.3.	A comissão de licitação nos certames que têm por objeto a contratação de serviços de publicidade	753
9.17.4.	Exigências próprias que devem constar no edital	754
9.17.5.	Exigências previstas na Lei 8.666/1993 que se aplicam às licitações para contratação de serviços de publicidade	755
9.17.6.	O processamento das licitações para contratação de serviços de publicidade	757
9.18.	Sanções administrativas na Lei de licitações	758
9.18.1.	Da aplicação das sanções administrativas do art. 87	759
9.18.2.	Das sanções propriamente ditas	759
9.18.2.1.	Advertência	759
9.18.2.2.	Multa	760
9.18.2.3.	Suspensão temporária	760
9.18.2.4.	Declaração de inidoneidade	761
9.18.3.	Obrigatoriedade na aplicação das sanções	763
9.19.	Crimes licitatórios	764
9.19.1.	Noções gerais	764
9.19.1.1.	Codificação e legislação extravagante	764
9.19.1.2.	Normas penais gerais aplicáveis aos tipos licitatórios	765
9.19.1.3.	Classificação dos crimes licitatórios quanto ao sujeito ativo (crimes comuns e crimes próprios)	766
9.19.1.4.	Classificação dos crimes licitatórios quanto ao resultado naturalístico (crimes materiais, crimes formais e crimes de mera conduta)	767
9.19.1.5.	Elemento subjetivo do tipo (culpa e dolo)	767
9.19.2.	Tipos penais em espécie	768
9.19.2.1.	Dispensa ou inexigibilidade indevida de licitação (art. 89) .	768
9.19.2.2.	Fraude contra o caráter competitivo da licitação (art. 90) .	770
9.19.2.3.	Advocacia administrativa em licitação (art. 91)	771
9.19.2.4.	Favorecimento indevido do contratado (art. 92)	772
9.19.2.5.	Impedimento, perturbação ou fraude de ato da licitação (art. 93)	772
9.19.2.6.	Quebra de sigilo em procedimento licitatório (art. 94)	773

9.19.2.7.	Afastamento indevido de licitante (art. 95)	773
9.19.2.8.	Fraudes em licitação ou contrato dela decorrente, com prejuízo à Administração Pública (art. 96)	774
9.19.2.9.	Licitação ou contratação de pessoa inidônea (art. 97)	775
9.19.2.10.	Condutas criminosas referentes à inscrição em registros cadastrais (art. 98)	775
9.19.3.	Da multa penal	776
9.19.4.	Demais disposições sobre matéria penal	777
9.19.5.	Procedimento penal dos crimes licitatórios	778
9.19.5.1.	Outras questões processuais penais atinentes aos crimes licitatórios	779
9.20.	Licitações nas parcerias público-privadas – Lei 11.079/2004	781
9.20.1.	Etapas internas do certame licitatório nas PPPs	781
9.20.2.	Etapas externas do certame licitatório nas PPPs	782
9.20.2.1.	Edital	782
9.20.2.2.	Demais fases	782
9.20.3.	Saneamento de falhas	783
9.21.	Algumas considerações sobre as licitações no regime diferenciado de contra- tações (RDC) – Lei 12.462/2011	784

10. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 799

10.1.	Introdução e considerações iniciais	800
10.2.	Noção geral sobre contrato	800
10.3.	Contratos realizados pela Administração	800
10.4.	O regime jurídico dos contratos administrativos	801
10.5.	Conceito de contrato administrativo	801
10.6.	Características do contrato administrativo	802
10.7.	Disciplina normativa	802
10.7.1.	Nível constitucional	802
10.7.2.	Nível legal	803
10.8.	Sujeitos do contrato	803
10.9.	Formalização do contrato administrativo	803
10.10.	Quando a confecção do contrato é obrigatória?	804
10.11.	Obrigatoriedade de se confeccionar o contrato administrativo	804
10.12.	Facultatividade de se confeccionar o contrato ou substituí-lo por um instru- mento equivalente	805

10.13. Publicidade	805
10.14. Cláusulas contratuais	806
10.14.1. Classificações das cláusulas existentes nos contratos administrati- vos	806
10.14.1.1. Cláusulas necessárias (art. 55, I a XIII)	807
10.14.1.2. Cláusulas econômico-financeiras	809
10.14.1.3. Cláusulas de privilégios ou cláusulas exorbitantes	809
10.15. Execução do contrato	809
10.16. Garantias para a execução do contrato	810
10.17. Vícios e reparos durante a execução do contrato	811
10.18. Responsabilidades por danos causados pelo contratado à Administração e a terceiros	811
10.19. Responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciá- rios resultantes da execução do contrato	811
10.20. Duração e prorrogação dos contratos administrativos – considerações ini- ciais	814
10.21. Considerações sobre o caput do art. 57 da Lei 8.666/1993	814
10.22. Projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual	815
10.23. Prestação de serviços a serem executados de forma contínua	816
10.24. Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática	817
10.25. As prorrogações vinculadas do § 1.º do art. 57 da Lei 8.666/1993	817
10.26. Deferimento da prorrogação	818
10.27. Alteração do contrato administrativo	818
10.28. Alteração unilateral (art. 65, I)	818
10.28.1. Alteração unilateral qualitativa	818
10.28.2. Alteração unilateral quantitativa	819
10.28.3. Bilateralmente, poderia ultrapassar os limites legais?	819
10.28.4. Efeitos decorrentes da alteração unilateral do contrato administrati- vo	819
10.28.5. Indenização decorrente da alteração unilateral redutora	820
10.29. Alteração bilateral (art. 65, II)	820
10.30. Rescisão do contrato administrativo	822
10.31. Rescisão unilateral – considerações iniciais	823
10.31.1. Rescisão unilateral por culpa do contratado	823
10.31.2. Hipóteses de rescisão unilateral por culpa do contratado	824

10.31.3. Causas de rescisão unilateral do contrato por culpa do contratado ...	826
10.31.4. Rescisão unilateral por motivo de interesse público	830
10.31.5. Rescisão unilateral em razão de "caso fortuito" e "força maior"	831
10.32. Rescisão bilateral do contrato	832
10.33. Rescisão por culpa da Administração	832
10.34. Relação entre teoria da imprevisão, caso fortuito, força maior, fato do príncipe e fato da Administração e rescisão do contrato administrativo	833
10.34.1. Teoria da imprevisão	833
10.34.2. Caso fortuito e força maior	833
10.34.3. Fato do príncipe	833
10.34.4. Fato da Administração	834
10.34.5. Diferença entre fato do príncipe e fato da Administração	835
10.35. Nulidade do contrato administrativo	836
11. SERVIÇOS PÚBLICOS	855
11.1. Noção e delimitação do tema	855
11.1.1. Noção ampliativa de serviços públicos	855
11.1.2. Noção restritiva de serviços públicos	855
11.1.3. Serviços públicos x atuação no domínio econômico	856
11.1.4. Serviços públicos. Escolha legislativa	856
11.1.5. Conteúdo material e elemento formal dos serviços públicos	857
11.2. Classificação dos serviços públicos	858
11.3. Serviços públicos no ordenamento jurídico brasileiro	860
11.3.1. Serviços públicos na Constituição Federal brasileira. Regra geral	860
11.3.2. Situações especiais. Partilha das competências entre os entes federativos	861
11.3.3. Outros serviços públicos não previstos expressamente na Constituição Federal	862
11.3.4. Esquematização dos serviços públicos conforme a competência para prestá-los	862
11.4. Princípios que regem os serviços públicos	863
11.4.1. Princípio da generalidade	863
11.4.2. Princípio da eficiência	863
11.4.3. Princípio da continuidade	864
11.4.4. Princípio da modicidade	866
11.5. Serviços públicos prestados pelo particular. concessão e permissão	867

11.5.1.	Concessão e permissão de serviços públicos. Distinção	867
11.5.2.	Outras formas de outorga. Serviços públicos autorizados. Delegação (art. 236 da CF/1988).	
	Arrendamentos e franquias	869
11.5.3.	Requisitos da prestação adequada dos serviços públicos concedidos e permitidos	871
11.5.4.	Serviço remunerado por tarifa e interrupção de seu fornecimento por falta de pagamento	873
11.5.5.	Procedimentos para outorga dos serviços públicos. Licitação e autorização	875
11.5.5.1.	Licitações nas concessões e permissões de serviços públicos	876
11.5.5.2.	Formalização da outorga	877
11.5.6.	Remuneração dos serviços públicos	877
11.5.6.1.	Taxa. Serviços públicos concedidos e permitidos. Preço público e tarifa	877
11.5.6.2.	Contribuição Social para o custeio de iluminação pública – COSIP	877
11.5.6.3.	Remuneração do serviço público de saneamento básico ...	878
11.5.6.4.	Modicidade da tarifa e diferenciação dos valores conforme o consumo	879
11.5.6.5.	Hipóteses de isenção. Passe livre. Serviços de transporte público	880
11.5.6.6.	Serviços delegados (art. 236 da CF) e outras situações especiais	881
11.5.7.	Formas de extinção da outorga	882
11.5.8.	Mutabilidade do contrato de concessão/permissão de serviços públicos	885
11.5.9.	Intervenção do Poder Público concedente/permitente no contrato	887
11.5.10.	Bens reversíveis	888
11.6.	Parcerias público-privadas	890
11.6.1.	Noções gerais	890
11.6.2.	Natureza jurídica da parceria público-privada	891
11.6.3.	Modalidades de parcerias público-privadas	892
11.6.4.	Sociedade de propósito específico	893
11.6.5.	Do financiador da PPP e das garantias	894
11.7.	Consórcios administrativos	895
11.7.1.	Noções gerais	895

11.7.2.	Consórcios públicos na Lei 11.107/2005	896
11.7.3.	Modalidades de consórcios públicos	897
11.7.4.	Contrato de rateio	898
11.7.5.	Contrato de programa	898
11.8.	Direitos do usuário de serviços públicos. Lei 13.460/2017	899

12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE 925

12.1.	Noção e delimitação do tema	925
12.2.	Intervenção na propriedade privada x intervenção na propriedade	928
12.3.	Direito de propriedade e sua função social	928
12.4.	Modalidades de restrição administrativa incidentes sobre o direito de propriedade	930
12.5.	Classificação das modalidades de restrição administrativa	931
12.5.1.	Limitações administrativas	932
12.5.1.1.	Noção geral	932
12.5.1.2.	Características gerais e casos mais comuns	932
12.5.1.3.	Competência para sua instituição	934
12.5.2.	Servidão administrativa	935
12.5.2.1.	Noção geral	935
12.5.2.2.	Elementos das servidões administrativas	936
12.5.2.3.	Servidões aparentes e não aparentes	937
12.5.2.4.	Constituição da servidão administrativa	937
12.5.2.5.	Casos mais comuns de servidão administrativa	938
12.5.2.6.	Servidão administrativa e outras modalidades de intervenção na propriedade: distinções	939
12.5.2.7.	Extinção da servidão	940
12.5.2.8.	Indenização pela instituição de servidão	941
12.5.3.	Requisição	941
12.5.4.	Edificação e parcelamento compulsórios	943
12.5.5.	Licenciamento compulsório	944
12.5.6.	Ocupação temporária	945
12.5.6.1.	Noções gerais	945
12.5.6.2.	Competência legislativa e administrativa	946
12.5.6.3.	Hipóteses legais mais comuns	946
12.5.6.4.	Indenização pela ocupação temporária	948

12.5.7. Tombamento	948
12.5.7.1. Noções gerais	948
12.5.7.2. Competência para o tombamento	950
12.5.7.3. Espécies de tombamento	951
12.5.7.4. Tombamento de uso x desapropriação	952
12.5.7.5. Procedimento do tombamento	953
12.5.7.6. Efeitos do tombamento	954
12.5.7.7. Tombamento e política museológica	955
12.5.7.8. Efeitos do tombamento e direito à indenização para o particular	956
12.5.7.9. Extinção do tombamento	957
12.5.7.10. Áreas especiais e locais de interesse turístico	957
12.6. Desapropriação	958
12.6.1. Noções gerais	958
12.6.2. Objeto da desapropriação	959
12.6.3. Competência	962
12.6.4. Fundamentos da desapropriação	964
12.6.5. Procedimento da desapropriação	966
12.6.5.1. Fase declaratória	966
12.6.5.2. Fase executória	967
12.6.5.2.1. Desapropriação amigável	967
12.6.5.2.2. Desapropriação contenciosa (fase judicial) ...	968
12.6.5.3. Justa indenização	975
12.6.5.3.1. Valor da propriedade e de suas benfeitorias	976
12.6.5.3.2. Correção monetária	976
12.6.5.3.3. Juros compensatórios	977
12.6.5.3.4. Juros moratórios	978
12.6.5.3.5 Honorários advocatícios e demais despesas processuais	979
12.6.5.4. Regras especiais atinentes à indenização (desapropriação-sanção e reforma agrária)	980
12.6.6. Da retrocessão	981
12.6.7. Desapropriação sem indenização (Confisco)	983

13. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1015
13.1. Noção e delimitação do tema	1015
13.2. Monopólio de atividades econômicas	1016
13.3. Exploração de atividade econômica por regime de partilha de produção	1017
13.4. Exploração direta de atividade econômica	1019
13.5. Controle do abuso do poder econômico	1020
13.6. Estímulos à produção (fomento) e políticas de abastecimento e armazenamento	1021
14. BENS PÚBLICOS	1033
14.1. Noção e abrangência	1033
14.1.1. Bens afetados a uma finalidade pública	1034
14.1.2. Situação excepcional dos bens de empresa pública que presta serviço público em regime de monopólio	1035
14.2. Classificações dos bens públicos	1037
14.2.1. Bens de uso comum, de uso especial e dominicais	1037
14.2.2. Bens disponíveis e indisponíveis	1039
14.3. Afetação e desafetação	1039
14.4. Uso de bens públicos por particulares	1040
14.4.1. Utilização pelo particular de bens da União	1041
14.4.1.1. Modalidades do Decreto-Lei 9.760/1946	1041
14.4.1.2. Modalidades previstas na Lei 9.636/1998	1042
14.4.1.3. Cessão para exploração de infraestruturas portuárias e aeroportuárias	1043
14.5. Transferência do bem público para o domínio particular	1043
14.5.1. Transferência para o particular de bens imóveis da União	1044
14.5.2. Regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas	1045
14.6. Atributos dos bens públicos	1046
14.6.1. Inalienabilidade	1046
14.6.2. Impenhorabilidade	1047
14.6.3. Não onerabilidade	1048
14.6.4. Imprescritibilidade	1049
14.7. Bens públicos em espécie	1050
14.7.1. Águas públicas	1050

14.7.2.	Faixa de fronteira	1051
14.7.3.	Minas e jazidas minerais	1051
14.7.3.1.	Minas e jazidas minerais de substâncias de interesse para a produção de energia atômica	1052
14.7.3.2.	Depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos	1052
14.7.3.3.	Participações no produto da exploração de recursos minerais	1053
14.7.4.	Ilhas e praias	1055
14.7.5.	Mar territorial, plataforma continental e Zona Econômica Exclusiva	1056
14.7.6.	Terrenos de Marinha e acrescidos	1057
14.7.7.	Terrenos marginais ou reservados	1058
14.7.8.	Faixas de Domínio (rodovias e ferrovias)	1059
14.7.9.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1060
14.7.10.	Terras devolutas	1061

15. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 1073

15.1.	Introdução	1075
15.2.	Diferentes formas de responsabilização. delimitação do tema	1075
15.3.	Evolução da matéria na história	1077
15.3.1.	Teoria da irresponsabilidade civil	1077
15.3.2.	Responsabilidade civil subjetiva por atos de gestão	1077
15.3.3.	Responsabilidade civil subjetiva	1078
15.3.4.	Teoria da culpa do serviço ou culpa anônima	1078
15.3.5.	Teoria do risco administrativo	1080
15.3.6.	Teoria do risco integral	1080
15.4.	A responsabilidade civil do estado no brasil	1085
15.5.	Evolução da responsabilidade civil do estado nas constituições brasileiras ...	1085
15.6.	Fundamentos da responsabilidade civil do estado	1086
15.7.	Tipos de responsabilidade	1087
15.7.1.	Responsabilidade objetiva	1087
15.7.1.1.	Quais situações ensejam responsabilidade objetiva do Estado pela óptica do Direito Administrativo?	1088
15.7.1.2.	Responsabilidade civil pelo “fato da obra”	1090
15.7.1.3.	Responsabilidade objetiva e socialização dos riscos	1091

15.8.	Extrato dos informativos e outros julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal aplicando a teoria do risco administrativo	1092
15.8.1.	Responsabilidade objetiva do Estado no caso de suicídio de detento – Informativo 520 STJ	1092
15.8.2.	Morte de detento em estabelecimento prisional – Informativo 401 STJ e 819 STF	1092
15.8.3.	Preso em presídio em condições precárias/degradantes e dano moral – Informativo 376 STJ e 854 STF	1093
15.8.4.	Indenização por danos morais por estupro praticado por policiais militares – Informativo 362 STJ	1094
15.8.5.	Indenização por demissão de servidora de autarquia após descobrir ser portadora do vírus HIV – Informativo 364 STJ	1094
15.8.6.	Indenização por morte de detento em carceragem estatal – Informativo 336 STJ	1094
15.8.7.	Responsabilidade civil por suicídio de militar nas dependências do Exército – Informativo 397 STJ	1094
15.8.8.	Danos morais e materiais por transfusão de sangue infectado com o vírus do HIV que ocasionou morte do paciente – Informativo 392 STJ	1095
15.8.9.	Pensão e dano moral por acidente de trânsito causado por veículo do Exército que resultou em morte dos pais do menor de apenas 3 anos de idade – Informativo 318 STJ	1095
15.8.10.	Responsabilidade solidária de empresa vinculada à Secretaria Municipal de Transporte e o Município do Rio de Janeiro – Informativo 265 STJ	1095
15.8.11.	Indenização por nomeação tardia	1095
15.8.12.	Morte de motociclista que se chocou com animal na pista – Informativo 413 STJ	1097
15.8.13.	Lesões sofridas por militar das Forças Armadas em treinamento. Informativo 515 STJ	1098
15.8.14.	Indenização por danos morais a anistiado político – Informativo 581 STJ	1098
15.8.15.	Servidor obrigado a pedir exoneração por conta de interpretação equivocada de acumulação ilícita de cargos públicos tem direito à indenização. Informativo 530 STJ	1098
15.8.16.	Lei estadual que preveja pensão para cônjuges de mortos por crimes hediondos é inconstitucional. Informativo 773 STF	1098
15.8.17.	Responsabilidade civil do Estado por ato lícito: intervenção econômica e contrato. Informativo 738 STF	1099

15.8.18. Indenização em razão de equívoco no reconhecimento de reincidência criminal. Informativo 590 STJ	1099
15.8.19. Responsabilidade civil do Estado e perda de uma chance. Informativo 530 STJ	1099
15.9. Quem está sujeito à responsabilização objetiva?	1099
15.10. A responsabilidade subjetiva do estado (por omissão)	1100
15.10.1. Responsabilidade civil do Estado decorrente de atos de multidão ..	1102
15.11. Extrato dos informativos e outros julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal aplicando a teoria da culpa do serviço	1104
15.11.1. Agressão de aluno contra professora em escola pública – Informativo 450 STJ	1104
15.11.2. Majoração dos danos morais por omissão do Estado no combate à dengue – Informativo 413 STJ	1104
15.11.3. Veículo estacionado em estabelecimento público – Informativo 204 STJ	1104
15.11.4. Entulho acumulado à beira de estrada – Informativo 328 STJ	1104
15.11.5. Morte de menor soterrado em buraco causado por erosão – Informativo 225 STJ	1104
15.11.6. Indenização por acidente em bueiro aberto em via pública – Informativo 115 STJ	1105
15.11.7. Demora injustificada da Administração em analisar o requerimento de aposentadoria do servidor – STJ	1105
15.11.8. Responsabilidade da Administração por encargos trabalhistas inadimplidos pela empresa contratada junto aos seus empregados em contratos administrativos. Informativo 862 do STF	1105
15.11.9. Tiro de arma de fogo desferido por aluno em escola pública. STF .	1106
15.11.10. Rompimento unilateral, pela Administração, do plano de pensão. STF	1106
15.11.11. Latrocínio cometido por foragido. STF	1106
15.11.12. Contaminação por material potencialmente infectocontagioso em hospital. STF	1106
15.11.13. Crime praticado por policial militar durante o período de folga, usando arma da corporação. STF	1107
15.11.14. Dano moral in re ipsa no caso de extravio de carta registrada. Informativo 556 STJ	1107
15.11.15. ADI: reconhecimento de responsabilidade civil do Estado e iniciativa legislativa. Informativo 768 STF	1107
15.12. Responsabilidade primária e subsidiária	1108

15.13. Condutas que ensejam danos	1109
15.14. Danos indenizáveis	1109
15.15. Nexo de causalidade	1110
15.16. Excludentes de nexo causal e, por isso, da responsabilidade estatal	1110
15.16.1. Culpa exclusiva da vítima	1111
15.16.2. Caso fortuito e força maior	1111
15.17. Extrato dos informativos e outros julgados do Superior Tribunal de Justiça sobre as excludentes de responsabilidade estatal	1114
15.17.1. Roubo de cargas transportadas pelos Correios – Informativo 505 STJ	1114
15.17.2. Exclusão da responsabilidade por ato de vandalismo – Informativo 157 STJ	1114
15.17.3. Exclusão da responsabilidade por morte de passageiro por projétil disparado por outro passageiro – Informativo 216 STJ	1114
15.17.4. Exclusão da responsabilidade por tentativa de roubo em estação de metrô – Informativo 219 STJ	1114
15.17.5. Exclusão da responsabilidade por roubo à mão armada em coletivo – Informativo 224 STJ	1115
15.17.6. Exclusão da responsabilidade por bala vinda de outro veículo que atingiu transporte coletivo – Informativo 370 STJ	1115
15.18. Responsabilidade civil dos agentes públicos	1115
15.19. A absolvição criminal e suas implicações na esfera civil	1117
15.20. Responsabilidade civil das empresas concessionárias de serviços públicos ..	1117
15.21. Aspectos processuais	1119
15.21.1. Sujeito ativo da ação de reparação de danos	1119
15.21.2. Sujeito passivo da ação de reparação de danos	1120
15.21.3. Objeto da demanda ou pedido	1120
15.21.4. É possível a antecipação dos efeitos da tutela?	1120
15.21.5. Prazo para a propositura da ação	1121
15.22. Extrato dos informativos do superior tribunal de justiça e do supremo tribunal federal sobre prescrição em matéria de responsabilidade civil do Estado.	1123
15.22.1. Regra geral da prescrição em ações contra a Fazenda Pública. Informativo 512 STJ	1123
15.22.2. Ações contra pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público. Informativo 563 STJ	1123
15.22.3. Início do prazo prescricional. Informativo 507 STJ	1123
15.22.4. Termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória em caso de tortura e morte de preso. Informativo 556 STJ	1124

15.22.5. Reconhecimento administrativo pela Fazenda e renúncia ao prazo prescricional. Informativo 509 STJ	1124
15.22.6. Imprescritibilidade dos danos morais decorrentes de tortura no regime militar. Informativo 523 STJ	1124
15.22.7. Constitucionalidade do art. 1º-C da Lei 9.494/94 e prazo quinquenal. STF	1124
15.22.8. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. STF	1124
15.22. É cabível litisconsórcio passivo entre a pessoa jurídica e o agente público?	1125
15.23. Denúnciação à lide pelo Estado do agente público	1126
15.24. Ação regressiva	1127
15.25. Responsabilidade do estado por atos legislativos	1128
15.25.1. Leis de efeitos concretos	1129
15.25.2. Leis inconstitucionais	1130
15.25.3. Responsabilidade civil por omissão legislativa	1132
15.26. Responsabilidade civil do estado por atos jurisdicionais	1133
15.26.1. Responsabilidade civil do Estado por erro judiciário (art. 5.º, LXXV, da CF/1988)	1134
15.26.2. Prisão além do tempo fixado na sentença	1136
15.26.3. Prisão processual ou cautelar	1138
15.26.4. Demora na prestação jurisdicional	1139

16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 1155

16.1. Noção e delimitação do tema	1155
16.2. Lei 8.429/1992 e os elementos da improbidade administrativa	1156
16.2.1. Constitucionalidade da Lei 8.429/1992	1156
16.2.2. Sujeitos passivos (vítimas) dos atos de improbidade administrativa	1156
16.2.3. Sujeitos ativos (que praticam) dos atos de improbidade	1157
16.2.3.1. Agentes públicos	1157
16.2.3.2. A situação especial dos agentes políticos	1159
16.2.3.3. Particulares (art. 3.º)	1161
16.2.4. Atos de improbidade	1162
16.2.4.1. Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito (art. 9.º)	1163
16.2.4.2. Atos de improbidade que configuram prejuízo ao erário	1164

16.2.4.3.	Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11)	1165
16.2.4.4.	Atos de improbidade administrativa referidos no art. 52 do Estatuto das Cidades	1169
16.2.4.5.	Atos de improbidade administrativa referidos no artigo 21 do Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015)	1170
16.2.4.6.	Atos de improbidade administrativa referidos na Lei 13.425/2017, a qual estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público etc.	1171
16.2.5.	Sanções da Lei	1173
16.2.5.1.	Outras sanções previstas na legislação. Lei da “Ficha Limpa”	1175
16.2.5.2.	Cumulatividade ou não das sanções	1176
16.2.6.	Prescrição das sanções previstas na LIA	1176
16.3.	Aspectos processuais da lei de improbidade administrativa	1179
16.3.1.	Fase investigatória	1180
16.3.2.	Medidas judiciais preventivas	1181
16.3.3.	Ação civil pública de improbidade administrativa	1184
16.3.3.1.	Competência jurisdicional	1184
16.3.3.2.	Natureza jurídica da ação, rito e legitimidade ativa	1185
16.3.3.3.	Processo judicial: defesa preliminar	1187
16.3.3.4.	Efeitos da revelia em ação de improbidade	1189
16.3.3.5.	Efeitos da sentença condenatória e comunicação de instâncias	1190
17.	LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL	1207
17.1.	Considerações iniciais	1207
17.2.	De seu fundamento de validade e primeira possível inconstitucionalidade ...	1208
17.3.	Da sua aplicação em âmbito federal	1210
17.4.	Da falácia da “responsabilidade objetiva”	1210
17.5.	Do sujeito passivo do ato de corrupção	1212
17.6.	Do sujeito ativo do “ato de corrupção”	1213
17.7.	Do processo administrativo para apurar os atos de corrupção previstos na lei 12.846/2013	1214
17.7.1.	Instauração	1214

17.7.2.	Designação da comissão processante	1215
17.7.3.	Do processamento	1216
17.7.4.	Do julgamento	1216
17.8.	Do recurso administrativo	1217
17.9.	Do acordo de leniência e do programa de integridade	1217
17.10.	Das sanções que só podem ser aplicadas judicialmente	1219
18.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1227
18.1.	Introdução	1227
18.2.	Tipos de controle	1228
18.2.1.	Controle legislativo	1228
18.2.2.	Controle judicial	1229
18.2.3.	Controle administrativo	1229
18.2.4.	Controle interno	1229
18.2.5.	Controle externo	1230
18.2.6.	Controle de legalidade	1230
18.2.7.	Controle de mérito	1230
18.2.8.	Controle prévio ou preventivo	1230
18.2.9.	Controle concomitante	1231
18.2.10.	Controle posterior	1231
18.2.11.	Controle de ofício	1231
18.2.12.	Controle por provocação	1232
18.3.	Controle da administração pública pela própria administração	1232
18.3.1.	Introdução	1232
18.3.2.	Fundamento do controle	1232
18.3.3.	Formas de manifestação da autotutela	1233
18.3.4.	Meio de controle administrativo	1233
18.3.4.1.	Impugnação	1233
18.3.4.2.	Recursos administrativos	1234
18.3.4.3.	Reclamação	1234
18.3.4.4.	Representação	1235
18.3.4.5.	Pedido de reconsideração	1235
18.3.4.6.	Revisão	1236
18.3.4.7.	Efeitos em que o recurso pode ser recebido	1238

18.3.4.8.	Reformatio in pejus em matéria de recursos administrativos	1239
18.3.5.	A questão da exaustão da via administrativa para ingressar na via judicial	1240
18.3.6.	É possível o ajuizamento de ação na pendência de julgamento de recurso administrativo interposto questionando o mesmo ato?	1242
18.3.7.	Coisa julgada administrativa	1243
18.4.	Prescrição administrativa	1244
18.5.	O controle judicial da administração pública e os remédios constitucionais ..	1245
18.5.1.	Mandado de segurança	1246
18.5.1.1.	Mandado de segurança individual e mandado de segurança coletivo	1246
18.5.1.2.	Mandado de segurança preventivo e mandado de segurança repressivo	1247
18.5.1.3.	Objeto da ação e caráter residual	1247
18.5.1.4.	Direito líquido e certo	1248
18.5.1.5.	Restrições legais à utilização do mandado de segurança ..	1248
18.5.1.6.	Legitimação ativa	1249
18.5.1.7.	Legitimação passiva e autoridade coatora	1250
18.5.1.7.1.	Autoridade coatora e órgão colegiado	1250
18.5.1.7.2.	Autoridade coatora e executor material do ato	1251
18.5.1.8.	Litisconsórcio e a figura do terceiro interessado	1251
18.5.1.9.	Autoridade coatora e atuação por delegação	1252
18.5.1.10.	Competência para julgamento do mandado de segurança ...	1252
18.5.1.10.1.	A regra geral da competência funcional em razão da autoridade (ratione autoritatis)	1252
18.5.1.10.2.	Autoridades com prerrogativa de foro em mandado de segurança	1253
18.5.1.10.3.	Competência em razão da matéria	1255
18.5.1.11.	Procedimento e particularidades processuais	1256
18.5.1.11.1.	Mandado de segurança como ação de rito especial	1256
18.5.1.11.2.	Petição inicial e despacho inicial no mandado de segurança	1256
18.5.1.11.3.	Medida liminar em mandado de segurança ...	1256
18.5.1.11.4.	Perempção ou caducidade da medida liminar concedida	1257

18.5.1.11.5	Liminar deferida e sentença denegatória	1257
18.5.1.12.	Participação do MP no processo de mandado de segurança	1257
18.5.1.13.	Prioridade de julgamento	1257
18.5.1.14.	Despesas processuais e honorários advocatícios	1257
18.5.1.15.	Cobrança de valores em mandado de segurança	1258
18.5.1.16.	Suspensão de segurança e recursos	1258
18.5.1.16.1.	Suspensão de segurança	1258
18.5.1.16.2.	Agravo de instrumento e apelação	1259
18.5.1.16.3.	Recursos especial e extraordinário. Recurso ordinário em mandado de segurança	1259
18.5.1.16.4	Embargos infringentes. Não cabimento	1260
18.5.1.16.5	Agravo inominado. Cabimento	1260
18.5.1.17.	Prazo decadencial para a propositura da ação	1260
18.5.2.	Habeas data	1261
18.5.2.1.	Caráter público do banco de dados	1261
18.5.2.2.	Direito à informação e habeas data	1262
18.5.2.3.	Habeas data e ausência de recusa à prestação de informações	1262
18.5.2.4.	Competência	1262
18.5.2.5.	Procedimento do habeas data	1263
18.5.2.5.1.	Petição inicial e despacho inicial	1263
18.5.2.5.2	Medida liminar	1263
18.5.2.5.3	Recursos e preferência de julgamento	1263
18.5.2.5.4	Despesas processuais	1263
18.5.3.	Mandado de injunção	1264
18.5.3.1.	Posição inicial do STF e ineficácia do instrumento	1264
18.5.3.2.	Entendimento atual do STF sobre o mandado de injunção 1264	
18.5.3.3.	Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1268
18.5.3.4.	Mandado de injunção e medida liminar	1269
18.5.3.5.	Procedimento do mandado de injunção	1269
18.5.3.6.	Mandado de injunção coletivo	1270
18.5.3.7.	Competência	1270
18.5.4.	Ação popular	1271

18.5.4.1.	Antecedentes legislativos	1272
18.5.4.2.	Disciplina constitucional atual	1272
18.5.4.3.	Finalidade da ação	1272
18.5.4.4.	Sujeito ativo da ação popular	1273
18.5.4.5.	Sujeito passivo da ação popular	1273
18.5.4.6.	Atuação do Ministério Público	1274
18.5.4.7.	Procedimento: liminar, sentença, recursos, prazos	1274
18.5.5.	Ação civil pública	1274
18.5.5.1.	Ação civil pública e sua previsão constitucional	1275
18.5.5.2.	Ação civil pública e legitimidade ativa	1275
18.5.5.3.	Inquérito Civil Público – ICP	1276
18.5.5.4.	Termo de Ajustamento de Conduta – TAC	1276
18.5.5.5.	Ação civil pública e competência	1277
18.5.5.6.	Coisa julgada e execução individual em ação civil pública	1278
18.5.5.7.	Ação civil pública e medida liminar	1279

BIBLIOGRAFIA	1293
---------------------------	-------------